

IGREJA, POLÍTICA E AÇÃO EVANGELIZADORA

Vanildo Luiz Zugno*

Resumo

Ao perguntar “como as transformações na sociedade incidem sobre a ação evangelizadora” o texto trabalha com o pressuposto de que a ação pastoral e evangelizadora da Igreja não determina os rumos da sociedade. Pelo contrário, é o contexto econômico, político e social que determina a ação eclesial. Para demonstrar sua afirmação o autor retoma as relações Igreja-Estado-sociedade no período da ditadura militar, nos anos neoliberais da década de 1990 e nos governos Lula-Dilma ainda em andamento. Deste último período enfatiza a reestruturação da sociedade em suas demandas políticas e sociais e os focos de diálogo e tensão entre Igreja, governo e sociedade para concluir que, se a Igreja Católica deseja voltar a ser um ator religioso e social significativo na sociedade brasileira necessita repensar suas estruturas pastorais e evangelizadoras de modo a responder às novas demandas, tanto religiosas como sociais, da sociedade em rápida e radical transformação.

Palavras-chave: Igreja, sociedade, evangelização.

Abstract

By asking "how do the changes in society have an effect on evangelizing?" the text deals with the assumption that the Church's pastoral and evangelizing work do not set the direction of society. Rather, it is the economic, political and social context that determines the Church's action. To prove his point the author reviews the Church-State-society relations during the military dictatorship, in the neoliberal years of the 1990's, and the Lula-Dilma government that is still in progress. From this last period he emphasizes the restructuring of society in its political and social demands and the focus of dialogue and tension between Church, government and society, to conclude that if the Catholic Church wants to go back to being a significant religious and social actor in Brazilian society it needs to rethink its pastoral and evangelizing structures to respond to new demands, either religious or social ones, of a society in rapid and radical transformation.

Keywords: church, society, evangelism.

Introdução

A política é a arte de organizar a vida em sociedade ou “o conjunto de ações pelas quais homens e mulheres buscam uma forma de convivência entre os

* Vanildo Luiz Zugno, Mestre em Teologia pela *Université Catholique de Lyon* (França), professor na Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (Porto Alegre) e UNILASALLE (Canoas), doutorando em Teologia na EST (São Leopoldo). E-mail: zugno1965@hotmail.com.

indivíduos, grupos e nações, que ofereça condições para a realização do bem comum”¹. E como todo ser humano é um ser social, pode-se dizer que, em todas as ações humanas, há uma dimensão política.

Examinaremos aqui como as mudanças nas relações políticas da sociedade brasileira influenciam no modo como a Igreja Católica Romana organiza a sua presença e ação na sociedade no último meio século no Brasil. Pelas dimensões da empreitada e a exiguidade do espaço, nossa abordagem terá um caráter de provocação a pensar o futuro da presença da Igreja na sociedade.

Do Golpe de 64 à redemocratização

O Golpe de 64 foi o desfecho da disputa entre dois modelos de integração do Brasil à realidade econômica e política mundial. A opção era entre inserção dependente como país periférico ao capitalismo central ou a busca de um desenvolvimento econômico autônomo.

A intervenção militar encaminhou a sociedade para uma política repressiva e autoritária que culminou com a promulgação do Ato Institucional nº 5 pelo Presidente Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, que acabou com toda e qualquer possibilidade de organização democrática da vida política brasileira. A violência voltou a ser o método e a norma da política. Violência que se tornou arma política tanto dos militares, para manter o regime político com a respectiva proposta econômica, como daqueles que os combatiam na esperança de instaurar no Brasil um regime comunista.

Cristãos estiveram atuando de ambos os lados, tanto dos que defendiam o regime militar pela repressão e tortura como do lado dos que o combatiam pelas armas. Cristãos estiveram também de ambos os lados no combate ideológico inerente à disputa. Havia cristãos que justificavam a doutrina e a Lei de Segurança Nacional para defender a *sociedade ocidental e cristã* dos ataques do *comunismo ateu*. Por outro lado, havia cristãos que, em nome do evangelho, denunciavam o caráter antinacional e antidemocrático do sistema econômico e político brasileiro.

¹ CNBB. *Fraternidade e Política: Justiça e Paz Se Abraçarão*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996. p. 43-44.

Tão importante quanto as ações de combate ao regime militar, a década de 70 foi marcada pela atuação de cristãos que, a partir do espaço eclesial ou fora dele, lutaram pela reconstrução de relações democráticas.

No interno da Igreja, a consolidação e a articulação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)² através dos Encontros Intereclesiais regionais e nacionais³ representou o surgimento de um *novo jeito de ser Igreja* que tem, entre suas características fundamentais, a participação de todos os cristãos e cristãs em todos os aspectos da vida comunitária. No âmbito da micro-política eclesial, passa-se de uma relação autoritária – “o clero sabe e manda e os leigos não sabem e obedecem” – a uma relação democrática em que todos têm o poder da palavra e da decisão. Essa mudança perpassa todos os âmbitos da vida da comunidade, desde a manutenção econômica até a liturgia e a atividade missionária. Os leigos/as assumem a vida e a direção da comunidade. Os ministros ordenados têm seu papel específico, mas não substituem nem tolgem aqueles no exercício de suas funções. A instauração de Conselhos de Pastoral (Comunitários, Paroquiais ou Diocesanos) é a consolidação estrutural deste jeito democrático de regulação das relações políticas no âmbito da comunidade.

Uma outra característica fundamental das CEBs é o seu compromisso com a transformação da sociedade. Elas não querem ser apenas *signal*, mas também *instrumento* do Reino através do engajamento, pessoal e/ou comunitário, nas lutas por melhorias na comunidade, no bairro, na vila, na cidade. Lutas que são o ponto de partida para a tomada de consciência das estruturas políticas que regem a sociedade e necessitam ser transformadas. Os Movimentos Populares tornam-se o desaguadouro natural por onde flui a participação política dos cristãos reforçando a resistência ao regime militar.

Outros cristãos chegam ao mesmo rio dos Movimentos Populares através do caminho das Pastorais Sociais e das Pastorais Específicas. Estas nasceram fruto do esforço pela transformação da sociedade a partir de problemáticas como a da posse terra (Comissão Pastoral da Terra), do trabalho (Pastoral Operária), dos jovens (Pastoral da Juventude), das crianças (Pastoral da Criança e Pastoral do Menor),

² Cf. TEIXEIRA, Faustino L. C. *A gênese das CEBs no Brasil*. Elementos explicativos, Paulinas: São Paulo, 1988; BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1981.

³ Cf. TEIXEIRA, Faustino L. C. *Os Encontros Intereclesiais de Cebbs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996.

das mulheres prostituídas (Pastoral da Mulher Marginalizada) e outras. Estes organismos eclesiais têm sua preocupação maior na transformação da sociedade. A construção da Igreja fica para um segundo plano. O importante é o Reino. Por isso a acentuação recai no político, na transformação das relações sociais, especialmente as de propriedade e produção, em busca de uma sociedade mais justa.

Na sua luta pela transformação da sociedade, os cristãos encontram-se, na segunda metade da década de 70 e nos inícios dos anos 80, com o renascente movimento sindical e político de resistência à ditadura. Movimento sindical que ganhou espaço a partir das greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978 e 1979.

Estes fatos provocaram uma tensão no interior do próprio Regime Militar e uma disputa entre os adeptos da “linha dura” e os partidários de uma “abertura lenta e gradual”. Estes venceram e, por pressão do movimento social e por concessão dos militares, foi criado o espaço político que permitiu o nascimento das Centrais Sindicais, a organização de partidos políticos, a campanha das Diretas Já, a Constituinte e as eleições presidenciais de 1989 que, apesar de não terem sido completamente democráticas, representaram o restabelecimento do regime democrático.

A ação política, neste período, dá-se em três grandes campos: o movimento popular, o movimento sindical e os partidos políticos. Vive-se um certo *messianismo político* onde as mudanças parecem estar ao alcance das mãos e a construção de um Brasil justo e igualitário algo que só depende da vontade do povo conduzido por sua vanguarda organizada em partido político.

As transformações da sociedade influenciaram fortemente o modo de ser e a ação evangelizadora da Igreja. Por opção ou por pressão, os cristãos foram envolvidos pelos fatos sociais e políticos que transformavam a sociedade. A dinâmica da democratização obrigou a Igreja, tanto nas suas pessoas como nas suas estruturas, a engajar-se em questões sociais e políticas. Esse engajamento era visto como *natural* e aqueles que a ele se mantinham alheios ou proclamavam uma atitude de resistência, eram ignorados ou vistos com desconfiança dentro da própria Igreja e na sociedade⁴.

O imaginário da Igreja Católica, no fim da década de 80, era de *Igreja*

⁴ Cf. OLIVEIRA, Pedro A. R. de. Nossa América interpela a Igreja. Em: *Revista Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro, fasc. 266, p. 360-374, 2007.

progressista, comprometida com as atividades sociais e políticas e representada, ideologicamente, pela Teologia da Libertação. Percepção que era difundida tanto no interior como desde fora pelos meios de comunicação que insistiam em apresentar, não poucas vezes com interesses de detração, a Igreja como um refúgio de agentes sociais e políticos. Esse imaginário, no entanto, nem sempre correspondia em qualidade e quantidade com a realidade. Os duros embates da década de 90 vão mostrar isso com toda a veemência.

Os anos da democracia neoliberal

Dois eventos, um de âmbito nacional e outro internacional, ambos no final de 1989, vieram assinalar o surgimento de um novo tempo nas relações políticas brasileiras: a vitória eleitoral de Collor de Mello e a queda do Muro de Berlim.

A vitória de Collor representou a continuidade travestida de renovação do projeto econômico vigente no Brasil. O que mudou foi o modo de articular politicamente sua implementação. Passou-se do uso da força à construção de um consenso social em torno à ideologia neoliberal. Consenso que nem mesmo o escândalo de corrupção que levou à cassação de Collor e sua substituição por Itamar Franco colocou em questão.

A opção econômica neoliberal teve seu preço na desestruturação da economia. O Plano Real aprofundou as mudanças na mesma direção. A aparente estabilidade monetária levou à eleição em 1994 e reeleição em 1998 de Fernando Henrique Cardoso. Privatização e desestruturação do Estado com a consequente incapacidade de responder às demandas da sociedade foram as características dos dois períodos.

O choque da derrota eleitoral e a perda da referência do socialismo real levaram as forças políticas populares a uma incapacidade inicial de fazer face à nova situação.

A realidade social e política, porém, não era assim tão plana e uniforme... Enquanto o neoliberalismo triunfante cantava suas vitórias e calava toda e qualquer voz dissonante, novas articulações começavam a tomar forma, ocupar espaço e fazer ouvir suas vozes ao lado das vozes tradicionais – movimentos populares,

movimento sindical e partidos políticos populares – na busca da transformação da realidade.

O *Fora Collor* levado adiante, em grande parte, pelas organizações estudantis veio mostrar que os jovens não estavam tão insensíveis e inertes diante da realidade.

A ECO-92 chamou a atenção para um novo sujeito político: as Organizações Não Governamentais (ONGs). No encontro paralelo à ECO-92, elas mostraram que política também se pode fazer a partir da sociedade civil. As ONGs já existiam, mas a ECO-92 deu-lhes visibilidade e propiciou um espaço de encontro e articulação nacional e internacional que contribuiu na articulação Fórum Social Mundial que se tornou um espaço para a discussão de alternativas ao sistema neoliberal.

Ao lado dos sujeitos políticos que emergiram na sociedade civil, outras mudanças foram acontecendo no espaço político institucional, ou seja, no Estado brasileiro, nos seus três níveis, municipal, estadual e federal. Mudanças que foram possíveis na medida em que a Constituição de 1988 foi sendo implementada num dos seus eixos fundamentais que era o do controle da sociedade sobre o Estado. Concretamente, esse controle começou a ser realizado através dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais nas áreas da saúde, educação, habitação, assistência social, promoção da mulher, da igualdade racial, do meio ambiente e outras áreas conforme a realidade local ou regional⁵. Pela primeira vez na história do Brasil, o estado passa a ser realmente republicano⁶ superando a concepção patrimonialista em vigor desde os tempos da Colônia⁷.

Uma outra experiência política dos anos 90 que veio mudar a compreensão de política, é a do Orçamento Participativo (OP). Mais do que votar a distribuição de verbas, a prática do OP mostra que é possível colocar a administração pública sob o controle da população. O OP é muito mais do que uma simples disputa pela alocação de recursos do orçamento público. É uma escola de cidadania.

Impossível também falar dos anos 90 e surgimento de novos sujeitos políticos sem falar da internet. Esta possibilitou o surgimento de novos sujeitos

⁵ Cf. SANTOS, Mauro R. M. dos. Desafios para a democratização da gestão municipal através dos conselhos municipais: a questão da representatividade e da autonomia. Disponível em <http://www.rls.org.br/publique/media/Mauro_Santos.pdf>. Acesso em: 23.08.2008.

⁶ Cf. BRESSER-PEREIRA, Luiz C. O surgimento do Estado Republicano. *Lua Nova*, São Paulo, vol. 62, p. 131-150, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a08n62.pdf>>. Acesso em: 23.08.2008.

⁷ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1975. 2 vols.

informativos e a distribuição de conteúdo alternativo ao da grande mídia controlada, internacional e nacionalmente, por um pequeno grupo de empresas de comunicação⁸. Controle e censura, mesmo se ainda existentes, são muito mais difíceis de exercer. Qualquer pessoa, tendo à disposição um computador e acesso à rede mundial de computadores, pode não só consumir, mas também produzir e disponibilizar conteúdos em escala mundial. No campo da informação, a internet, principalmente através dos *blogs*, tornou-se um verdadeiro campo de *guerrilha informativa*⁹ e possibilita não só resistência, mas também uma ação comunicativa propositiva, tanto no sentido de pressionar o Estado como no de construir cidadania através de campanhas de conscientização e articulação de ações coletivas¹⁰.

Como estas mudanças influenciaram a ação da Igreja e o engajamento político dos cristãos?

No âmbito eclesial, a mudança impactou fortemente. Os setores eclesiais historicamente identificados com propostas pastorais que preconizavam a organização e o engajamento dos cristãos na transformação da sociedade foram postos na defensiva. Perderam espaço tanto na correlação de forças internas à Igreja como na projeção social. A direção da CNBB, tradicionalmente nas mãos de bispos progressistas, foi sendo ocupada por bispos com posições mais *de centro* e, com o passar dos anos, declaradamente conservadoras.

O espaço de opinião pública antes ocupado pelas CEBBs, Pastorais Sociais e Pastorais Específicas é agora ocupado pela Renovação Carismática Católica (RCC) e seus expoentes midiáticos. Parte da hierarquia, bispos e párocos, mesmo tendo problemas de ordem disciplinar, litúrgica e teológica com a RCC e seus *padres cantores*, vê neles a chance de dar visibilidade pública à Igreja e, pelo uso dos mesmos métodos, estancar a evasão de católicos em direção às igrejas pentecostais e neopentecostais¹¹. A *opção pelos pobres* que, mesmo que

⁸ Cf. GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação e Poder*. Petrópolis: Vozes, 1981; GUARESCHI, Pedrinho. *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁹ ROVAL, Renato. *Midiático Poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

¹⁰ MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria C. P. S. (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

¹¹ Cf. OLIVEIRA, Pedro A. R. de; BOFF, Leonardo; LIBANIO, João B.; BETTENCOURT, Estevão T. *Renovação carismática católica: uma análise sociológica interpretações teológicas*. Petrópolis: Vozes/INP/CERIS, 1978.

retoricamente, norteava a ação da Igreja, é substituída pela *opção pela classe média*.

Esta postura está baseada na compreensão de que a Igreja é mais importante que o Reino. É o chamado *eclesiocentrismo* que vem acompanhado por dois temores: a perda da identidade católica e a de mudanças ainda mais radicais na Igreja que iriam além das já introduzidas no Vaticano II. Mudanças temidas por aqueles que têm dificuldade de se situar diante das transformações na sociedade e encontram seu bastião de segurança nas instituições eclesiais. Segurança que se expressa na ressacralização do clero, na exclusão de leigos/as de processos decisórios na igreja, na domesticação da Vida Religiosa e no conservantismo litúrgico¹².

Nesta conjuntura, os cristãos engajados na construção de um projeto político popular e que na sociedade encontram espaços cada vez mais abertos de participação, direcionam-se, por pressão ou opção, para aquilo que Pedro R. Oliveira chama de *desafeição religiosa*: “...diminuição das práticas eclesiais e do pertencimento subjetivo, atingindo especificamente as instituições religiosas, seja nas suas organizações (igrejas), seja nas suas práticas (ritos, celebrações)”¹³.

Não se trata de crise de fé nem de rejeição à Igreja. Por mais contraditório que isso possa parecer, *desengajar-se eclesialmente* passa a ser uma opção feita a partir da fé... Teologicamente essa opção se fundamenta na compreensão de que a Boa Nova do Reino é mais importante que a Igreja, ou seja, no *Reinocentrismo*.

Esse fenômeno tem consequências graves para a Igreja. Ela deixa de contar com aqueles/as que a mantinham em contato com a realidade social e política e que davam à igreja uma presença e um respaldo junto aos setores sociais progressistas. Por outro lado, os espaços intraeclesiais ficam disponíveis para as forças que preconizam uma postura eclesiocêntrica.

Essa tendência se acentuará com as mudanças políticas que acontecem no Brasil a partir de 2002 e que representam o início de um novo período com novos desafios para a atuação política dos cristãos.

¹² Cf. LIBÂNIO, João B. *A volta à grande disciplina: reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da igreja*. São Paulo: Loyola, 1983; LIBÂNIO, João B. *Cenários da igreja*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

¹³ OLIVEIRA, 2007, p. 367.

Da primeira eleição de Lula ao momento presente

A eleição de Lula à Presidência resultou da confluência de dois fatores não necessariamente confluentes: o esgotamento do modelo neoliberal e a vontade popular organizada para a mudança. Se houvesse só um esgotamento do modelo em vigor, a mudança poderia tender para a anarquia ou para o autoritarismo. Se bastasse só a vontade, a mudança teria acontecido antes na eleição de 94 ou 98...

A “Carta ao Povo Brasileiro” de 22 de junho de 2002, na qual Lula apresenta as linhas do que seria o seu mandato, centra sua atenção em quatro pontos principais: defesa do Brasil, crescimento econômico, justiça social e respeito pelo regime democrático. A respeito deste último ponto diz:

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade¹⁴.

Diferentemente do que muitos pensavam, tanto à direita como à esquerda, este documento não era apenas um “material de campanha”. Ele refletia um pensamento consolidado sobre a transição do Brasil de um modelo neoliberal a um modelo que proporcionasse melhores condições de vida às grandes majorias. Transição e não ruptura. Esta seria a palavra que nortearia o primeiro governo Lula.

Transição negociada com as forças sociais e políticas presentes no Congresso, ainda dominado pelos partidos tradicionais e pelos políticos fisiológicos¹⁵ e que resultou não satisfazer as expectativas nem daqueles que *temiam* que o governo Lula instalasse um governo socialista ao estilo cubano e nem daqueles que *desejavam* que isso acontecesse...

A margem de manobra permitida pelo descalabro das contas públicas era pequena e Lula optou por um governo de coalizão que garantiu a governabilidade e um processo de mudanças que pôs as bases para um crescimento sustentado. Entre erros e acertos, o governo se estabilizou e ganhou credibilidade nacional e internacional e criou as condições para a reeleição de 2006 e, em 2012, a eleição de

¹⁴ LULA. Carta ao Povo Brasileiro. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>> Acesso em: 10.09. 2007.

¹⁵ Cf. BRESSER-PEREIRA, Luiz C. O Fisiologismo Contra os Partidos. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/ver_file.asp?id=1198>. Acesso em: 10.09. 2007.

Dilma Rousseff que, como era de se esperar, faz um governo que, mesmo com especificidades próprias, é continuidade do projeto eleito em 2002.

O sucesso dos programas sociais dos governos Lula e Dilma, juntamente com a estabilidade econômica e a boa articulação internacional, permitem pensar que, apesar da crise econômica internacional, o projeto por eles representado terá continuidade a médio e longo prazo.

Como a Igreja Católica se posiciona na nova situação?

Conforme Azevedo, três são as temas que pautam sua ação, enquanto instituição, na relação com o governo:

a defesa da justiça social, com a conseqüente crítica às políticas consideradas neoliberais, de desregulamentação dos mercados e de redução dos gastos sociais, aumentando o processo de empobrecimento da maioria dos latino-americanos; a defesa da moral sexual tradicional e a legitimação política e institucional do Catolicismo, diante do Estado, à luz da concorrência das igrejas evangélicas, sobretudo as pentecostais.¹⁶

Quanto ao primeiro tema, a posição que os bispos tomam em relação aos governos Lula/Dilma, depende mais da posição política pessoal de cada um do que de uma postura institucional. Mais do que do fato de ser bispo da Igreja, a avaliação depende se o bispo gostaria de ver mais ação social no governo ou achar que se gasta dinheiro demais com os pobres... Há ainda o fato de que a avaliação depende de cada questão particular. Um bispo que faz uma avaliação muito positiva sobre uma ação social do governo Lula pode ter uma avaliação muito negativa sobre outra ação...

Quanto ao segundo tema, parece ser este o campo mais exitoso da ação política da Igreja. O tema de ponta é o aborto. Através de ações em conjunto com outras igrejas cristãs e outras religiões, a CNBB conseguiu barrar uma discussão que, para o governo, é uma questão de saúde pública. No entanto, quando, em abril de 2012, o STF colocou em votação a proposta de descriminalização do parto antecipado de anencéfalos, a posição oficial da CNBB não foi ouvida pelos juízes do Supremo¹⁷.

¹⁶ AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009> Acesso em: 14.09. 2007

¹⁷ Cf. CNBB manifesta posição contrária à decisão do STF. Disponível em <<http://www.cnbb.org.br/site/imprensa/noticias/9043-cnbb-manifesta-posicao-contraria-a-decisao-do-stf>> Acesso em: 11.07. 2012.

O terceiro tema, o da legitimação moral e institucional do catolicismo diante do Estado é aquele em que os bispos do Brasil mais têm encontrado dificuldade. Isso se deve a dois fatores. Primeiro, a diminuição proporcional do número de católicos declarados. A cada senso, o baque é maior: de 91,8% em 1970, os que se dizem católicos, segundo o Censo 2010, se reduziram a 64,3%¹⁸. Em segundo lugar, pela secularização, ou seja, o “processo da retirada da religião como instância de controle das instituições e do pensamento social, e sua substituição por sistemas de pensamento e de ação de caráter laico”¹⁹ cada vez mais ressaltado pelo governo e aceito pela população.

Quanto ao povo católico e a suas organizações de base, não há dados disponíveis para se dizer qual é a sua posição. Grosso modo, o que se pode supor é que o comportamento político dos católicos e as suas ações seguem o padrão médio da população que vai da rejeição absoluta à aprovação irrestrita. Posicionamentos que, mesmo podendo parecer contraditório, podem aparecer dentro do mesmo espaço eclesial e pastoral²⁰.

Um futuro ainda por construir

O futuro da Igreja Católica no Brasil depende de sua ação no presente que é fruto da conjugação de dois fatores: a conjuntura social e política e a decisão dos agentes eclesiais.

Como nos lembra Paulo Freire,

é certo que mulheres e homens podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que ‘chegam’ em sua geração, e não fundadas ou fundados em devaneios, falsos sonhos sem raízes, puras ilusões.²¹

É preciso sonhar, mas sonhar sabendo que

a transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições

¹⁸ Cf. CENSO 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2170&id_pagina=1>. Acesso em: 11.07. 2012.

¹⁹ OLIVEIRA, 2007, p. 366

²⁰ Exemplo dessa posição não linear das organizações de base da Igreja Católica no Brasil são a “Carta das CEBs do 11º Intereclesial ao Povo de Deus” (cf. <<http://www.cebsuai.org.br/cartafinal11.htm>>) e a “Carta/mensagem do 5º Encontro Mineiro de CEBs” (cf. <<http://www.verbonet.com.br/conteudo/article.php/200707311127279>>).

²¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 53.

históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador²².

O primeiro fator está completamente fora da vontade e da capacidade da Igreja. A Igreja *sofre* as transformações sociais e seu futuro por elas também é feito.

Quais são estas novas realidades que se impõem à Igreja? Difícil fazer uma lista exaustiva... Entre os que mais se destacam podemos lembrar: a globalização econômica, política e cultural; os novos fenômenos migratórios; o ressurgimento do ideal e de práticas de integração latino-americana; a revitalização das culturas indígenas e negras e a transformação de suas reivindicações em projetos políticos nacionais e continentais; as embrionárias experiências da Economia Solidária; o feminismo; a consciência ecológica; o fenômeno da violência urbana; o despertar das juventudes; as novas realidades familiares...

Diante destas e outras realidades, a Igreja Católica pode fazer duas opções: continuar dando as tradicionais respostas ancorada no princípio de que ela detém o *esplendor da verdade*²³ ou então buscar novas respostas para as novas perguntas que se apresentam. A Conferência de Aparecida²⁴ deu sinais de que, mesmo num cenário eclesial adverso, há possibilidade de um diálogo da Igreja Católica com as novas realidades.

Essa segunda postura, além de uma reelaboração teológica, exige também uma reestruturação das articulações pastorais da Igreja. Ela está associada ao segundo fator por nós anteriormente mencionado, ou seja, aos sonhos e à capacidade de articulação dos membros da igreja, ocupem eles os espaços hierárquicos ou populares. É o lado subjetivo da pastoral e da construção eclesial.

Nas últimas três décadas do séc. XX, a ação da Igreja no campo da política se articulou sobre o tripé Cebs-CNBB-Pastorais Sociais²⁵. Foi uma estrutura inovadora e bem sucedida que levou a comunidade católica a ter uma força social muito além da presença institucional²⁶.

Várias alternativas aqui se apresentam. A Igreja pode optar por fechar-se na estrutura canônica tradicional e tentar *revitalizar as paróquias* como um modo de manter viva uma estrutura eclesial que responde a uma realidade que já não existe

²² FREIRE: 2000, p. 54.

²³ Cf. OLIVEIRA, 2007, p. 372.

²⁴ CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto Conclusivo da V Conferência. São Paulo: Paulinas/CNBB, 2007.

²⁵ OLIVEIRA, 2007, p. 368-371.

²⁶ OLIVEIRA, 2007, p. 369.

há muito tempo e que dá segurança por ser já conhecida e pelo fato de padres e bispos terem sido formados na e para ela. Fazendo esta opção, a Igreja opta por não ter um papel ativo nas grandes questões sociais e políticas da atualidade. E isso não por uma questão de boa vontade, mas por uma questão estrutural: o mundo, principalmente o urbano, já não se organiza em territórios geograficamente delimitáveis e estáveis²⁷.

A segunda opção é a do *fundamentalismo católico* que se articula em torno aos “Movimentos apostólicos” na defesa dos três símbolos do catolicismo – o Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora e o Papa – e alheios a todas as questões econômicas, sociais, políticas e culturais.²⁸ É uma opção teológica e eclesial que tem como consequência o não questionamento da realidade de injustiça em que vivem as grandes majorias. Opção por afastamento que não deixa de, em momentos de crise, assumir abertamente uma opção conservadora.

Uma terceira opção é continuar aprofundando e ampliando de forma criativa o tripé CEBs-CNBB-Pastorais Sociais. Não é a opção mais fácil nem a mais tranquila. Ela exige que a Igreja continue no processo de mudanças iniciado pelo Concílio Vaticano II. Mas, a nosso modo de ver, a que melhor possibilita à Igreja Católica continuar interagindo e contribuindo para a transformação da sociedade.

Para terminar, queremos mais uma vez lembrar com Paulo Freire que “a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político e seria ingenuidade não reconhecer que os sonhos têm seus contra-sonhos”²⁹. Se há cristãos que, junto com outras forças sociais e políticas, querem construir um mundo mais justo e fraterno, também há cristãos que se articulam com as forças sociais e políticas que querem manter ou até aprofundar a atual situação de injustiça e desumanidade.

Não basta ter vontade de transformar a realidade. É preciso estar bem atento a ela e saber *suportar o peso do real*³⁰. Em toda ação evangelizadora, há ação e reação. Ter disso consciência livra tanto da passividade como do messianismo recolocando-nos no caminho da opção humilde e da ação tenaz

²⁷ COMBLIN, José. As grandes incertezas na Igreja atual. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro, fasc. 265, p. 36-58, janeiro 2007. p. 46-47.

²⁸ OLIVEIRA, 2007, p. 372.

²⁹ FREIRE, 2000, p. 54

³⁰ SOBRINO, Jon. "Jesús y Pobres". Lo meta-paradigmático de las Cristologías. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/relat/259.htm>> Acesso em 25 set 2007.

construídas a partir do sonho e das mediações cotidianas de cada sujeito eclesial, pessoal ou comunitário.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. Em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009> Acesso em: 14.09. 2007.

BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. O Fisiologismo Contra os Partidos. Disponível em : <http://www.bresserpereira.org.br/ver_file.asp?id=1198> Acesso em: 10.09. 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. O surgimento do Estado Republicano. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a08n62.pdf>> Acesso em: 23.08. 2008.

CARTA das CEBs do 11º Intereclesial ao Povo de Deus. Disponível em: <<http://www.cebsuai.org.br/cartafinal11.htm>> Acesso em: 13.09.2007.

CARTA mensagem do 5º Encontro Mineiro de CEBs. Disponível em: <<http://www.verbonet.com.br/conteudo/article.php/200707311127279>> Acesso em: 13.09. 2007.

CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto Conclusivo da V Conferência. São Paulo: Paulinas/CNBB, 2007.

CENSO 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2170&id_pagina=1> Acesso em: 11 jul 2012.

CNBB. *Fraternidade e Política: Justiça e Paz Se Abraçarão*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996.

CNBB manifesta posição contrária à decisão do STF. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/imprensa/noticias/9043-cnbb-manifesta-posicao-contraria-a-decisao-do-stf>> Acesso em: 11 julho 2012.

COMBLIN, José. As grandes incertezas na Igreja atual. Em: *Revista Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro, fasc. 265, p. 36-58, janeiro 2007.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST, 1., 2012, São Leopoldo.

Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012. | p.743-758

- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1975. 2 vols.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.
- GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação e Poder*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GUARESCHI, Pedrinho. *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LIBÂNIO, João B. *A volta à grande disciplina: reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da igreja*. São Paulo: Loyola, 1983.
- LIBÂNIO, João B. *Cenários da igreja*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- LULA. Carta ao Povo Brasileiro. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>> Acesso em: 10.09. 2007.
- MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria C. P. S. (Orgs). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- OLIVEIRA, Mariana E. de. Entre rezas e resistências: o político se reconfigurando a partir das experiências dos movimentos populares e da atuação da igreja nos anos 70 e 80. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteecinco/mariana_esteves_25.htm> Acesso em: 10.09. 2007.
- OLIVEIRA, Pedro A. R. de. Nossa América interpela a Igreja. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro, fasc. 266, p. 360-374, 2007.
- OLIVEIRA, Pedro A. R. de; BOFF, Leonardo; LIBANIO, João B.; BETTENCOURT, Estevão T. *Renovação carismática católica: uma análise sociológica interpretações teológicas*. Petrópolis: Vozes/INP/CERIS, 1978.
- ROVAI, Renato. *Midiático Poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
- SANTOS, Mauro R. M. dos. Desafios para a democratização da gestão municipal através dos conselhos municipais: a questão da representatividade e da autonomia. Disponível em: <http://www.rls.org.br/publique/media/Mauro_Santos.pdf> Acesso em: 23.09. 2008.
- SOBRINO, Jon. "Jesús y Pobres". Lo meta-paradigmático de las Cristologías. Disponível em <<http://www.servicioskoinonia.org/relat/259.htm>> Acesso em: 25.09. 2007.

TEIXEIRA, Faustino L. C. *A gênese das CEBs no Brasil*. Elementos explicativos, Paulinas: São Paulo, 1988.

TEIXEIRA, Faustino L. C. *Os Encontros Intereclesiais de Ceb's no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996.